

Codesa pede ilegalidade da greve de portuários

Foto de Ailton Lopes

A) 12923
Com o objetivo de tentar reabrir os portos do Espírito Santo, a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) ingressa na segunda-feira, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), com um pedido da ilegalidade da greve dos trabalhadores da orla marítima. O anúncio foi feito ontem, às 17h35m, pelo presidente da empresa, Wilson Calmon Alves. Para isso, já foi contratado o advogado Rubens Muselo.

A Codesa está seguindo orientação do ministro dos Transportes e das Comunicações, Afonso Camargo. A greve nos portos do complexo portuário do Estado atingiu ontem o seu terceiro dia. Apenas os portos de Ubu e Tubarão funcionam normalmente porque são automatizados. Os demais (Aracruz, Vitória, Capuaba, Paul, Regência, Barra do Riacho, Praia Mole) estão com suas operações paralisadas.

Os problemas surgidos no terceiro dia de greve levaram o Governo federal a decidir pelo enfrentamento da paralisação. O gabinete do presidente da Codesa recebeu ontem um modelo de pe-

tição, orientando o pedido de ilegalidade junto ao TRT. Também ficou estabelecida a intervenção da Marinha, caso a Justiça do Trabalho atenda ao pedido, para superar qualquer obstáculo ao cumprimento da decisão judicial.

Calmon não comentou a orientação recebida e lembrou que ela foi adotada como um padrão nacional. "Temos conhecimento que algumas administrações já adotaram o procedimento. Como é uma orientação ministerial terá que ser seguida à risca". No caso da Codesa, uma decisão judicial atingiria somente as categorias empregados — portuários, guindasteiros e marítimos, parcialmente. As demais categorias avulsas — estivadores, conservadores, conferentes, vigias e trabalhadores de bloco não trabalham como prestadores de serviços, e negociam através dos sindicatos, como armadores ou agências marítimas.

O vice-presidente do Sindicatos dos Portuários, Irineu Barros Filho disse que independente de petição da Codesa

ao TRT a greve vai continuar. "A Justiça existe para estabelecer igualdades. Como a empresa tenta reabrir os portos, nós de outro lado, vamos também nos manifestar. A decisão final é do TRT".

Irineu criticou os ministros de Transportes e Comunicações, Afonso Camargo e das Minas e Energia, Marcus Pratiní de Moraes. "Foram inoportunas as declarações dadas pelos dois. Eles anteciparam um movimento com graves riscos para a democracia do país. Eles pretendem o retorno da ditadura, quando representantes do empresariado assumem o direito de ditar o sistema de Governo. Estamos em 1992, não é mais possível, com as marcas registradas da história, que dois ministros frontalmente ataquem a classe trabalhadora com tamanha dasvaçatez". Para o vice-presidente dos Portuários, Pratiní sequer representa, na sua pasta, interesses diretos. "Ele foi anti-ético e mostrou que é um representante dos exportadores, pois só falou baboseiras", fulminou.



Os portuários lançaram ontem, na Praça Oito, a campanha "Vai Correr Sangue", com doações a hemocentros

Governo reabre as negociações

Brasília — Depois de pedir aos portuários o fim da greve, que já dura três dias, o secretário de Governo, Jorge Bornhausen, acertou ontem a reabertura das negociações com os grevistas, marcando uma reunião entre o ministro dos Transportes, Afonso Camargo, e os representantes dos trabalhadores nos portos para esta segunda-feira, às 8 horas, em Brasília. A partir das negociações com Camargo, os portuários decidirão os rumos do movimento, em uma reunião programada para as 10 horas. "O fim da greve depende da base de negociação com o ministro Afonso Camargo", adiantou o presidente da Federação Nacional dos Portuários avulsos, Mário Teixeira, que reuniu-se ontem com Bornhausen.

Na audiência de segunda-feira, os trabalhadores vão pedir a Camargo a retirada do pedido de ilegalidade da greve, antecipou o secretário-geral da Força Sindical, Enilson Simões, o "Alemão", que também participou da reunião no

Palácio do Planalto. Estavam presentes ao encontro, acertado na véspera com Bornhausen pelo presidente da Força Sindical, Luís Antônio Medeiros, João Batista Quintas Filho e Luiz Augusto Vieira Braga, presidente da Federação Nacional dos Empregados na Administração Portuária e da Federação Nacional dos Estivadores, respectivamente.

Votação

O secretário de Governo e os portuários não discutiram o mérito do projeto de modernização dos portos, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. Bornhausen argumentou que, com 506 destaques, ele só deve ser votado em setembro, devido aos procedimentos no Congresso Nacional, enquanto a greve está causando muitos prejuízos ao país.

O principal problema do projeto, segundo Luiz Braga, é a distribuição da mão-de-obra, atualmente controlada pelos sindicatos. "O projeto acaba com esta distribuição, que passa para o contratan-

te", explicou. Luiz Braga sustentou que os trabalhadores querem paridade com os empresários. Os portuários também querem uma definição sobre a situação dos trabalhadores nas estatais, após a implantação do projeto.

O substitutivo do deputado José Reinaldo Tavares (PFL-MA) tem uma estrutura melhor que o projeto apresentado pelo Governo, que não atende a nenhum pleito dos trabalhadores, entendem os portuários. Para os trabalhadores nos portos, apenas os empresários se beneficiaram com o projeto, conseguindo, entre outras coisas, redução do adicional de tarifa portuária de 50% para 20% e permissão aos terminais privados para operarem com carga de terceiros.

De acordo com Mário Teixeira, os pontos fundamentais na negociação do projeto são a convenção coletiva "master", que estabelece princípios gerais para a categoria, participação na gestão portuária e a participação partidária dos trabalhadores nos organismos de gestão da mão-de-obra.

Ministério incentiva ações

Curitiba — A assessoria jurídica do Ministério dos Transportes e das Comunicações determinou ontem às Companhias Docas que preparem ações judiciais requerendo a ilegalidade da greve dos portuários. A mesma recomendação foi transmitida ao Sindicato Nacional dos Armadores (Syndarma), que controla os trabalhadores avulsos, e aos governos estaduais que administram cerca de seis portos em regime de concessão. As ações devem começar a dar entrada nos respectivos Tribunais Regionais do Trabalho já na segunda-feira, para tentar reabrir os portos ainda na semana que vem.

A informação foi dada ontem, em Curitiba, pelo ministro Afonso Camargo, depois de conversar por telefone com o consultor jurídico do Ministério, Geraldo Vieira, encarregado de estudar medidas contra a paralisação. Camargo disse confiar na decretação da ilegalidade da greve. Ele informou ainda que o Ministério pretendia entrar com uma medida geral contra o movi-

mento, mas esbarrou na legislação trabalhista, como no caso das Companhias Docas, que só têm autonomia sobre a categoria dos portuários.

Sobre os Estados que apoiam o movimento, como o Paraná, o ministro disse apenas: "Vamos fazer a nossa parte. A autoridade é irmã gêmea da responsabilidade". Afonso Camargo voltou a criticar o fato de a greve ter sido convocada por tempo indeterminado porque, em sua opinião, o projeto de modernização dos portos, em exame na Câmara Federal, não deverá ser aprovado antes do recesso de julho.

Ele teme que, se os portos não forem reabertos logo, os prejuízos se acumulem rapidamente. Segundo dados que apresentou, a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) está tendo prejuízos diários de US\$ 250 mil (Cr\$ 778,75 milhões pelo câmbio comercial) somente no Porto de Paranaguá, no Paraná, maior terminal graneleiro do país, por deixar de transportar a safra paranaense.

Parlamentares fazem críticas

Brasília — O líder do Governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), e a deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ) criticaram ontem a greve dos trabalhadores nos portos. Para eles, a greve é uma tentativa de coagir o Congresso e não votar o projeto de modernização dos portos.

Sandra Cavalcanti, que discute com Souto e o relator do projeto de modernização dos portos, José Reinaldo Tavares (PFL-MA), uma proposta consensual para as relações trabalhistas nos portos, negou-se a receber os trabalhadores enquanto durar a greve.

O projeto de modernização dos portos pode ser votado na segunda ou na terça-feira. Segundo Sandra Cavalcanti, o único ponto pendente de acordo é o das relações capital-trabalho. O Governo já cedeu em outros pontos, como a retirada gradual do custo da dragagem da composição das tarifas e a redução a zero das alíquotas do Imposto de Importação sobre Equipamentos Portuários.

Também já existe acordo quanto às condições de operação dos terminais privados. Eles poderão movimentar cargas de terceiros e não estarão sujeitos a regras de contratação de mão-de-obra que se aplicarão aos portos públicos.